



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho  
Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto, Muzambinho / MG, CEP 37.890-000 - Fone: (35) 3571-5051

OFÍCIO 42/2020 - SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

20 de maio de 2020

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 - SRP

PROCESSO:23346.000402.2020-51

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a “**EVENTUAL PRESTAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE COLHEITA E VARIAÇÃO DE CAFÉ**” (incluindo máquinas, equipamentos e utensílios que se fizerem necessários), para suprir as necessidades da Coordenaria Geral de Produção do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, conforme condições, quantidades do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) a seguir descritas:

1.1.1 Órgão gerenciador:

- Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS – UASG: 158303, situado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Bairro Morro Preto, Muzambinho/MG – MG, CEP 37.890-000;

1.1.2. São órgãos participantes:

- Campus Machado do IFSULDEMINAS – UASG: 158304, situado na Rodovia Machado – Paraguaçu, km 3, Bairro Santo Antônio. Machado/MG, CEP: 37.750-000.

G	Item	Especificação	unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	01	<u>Colheita e Varrição de café MANUAL E SEMI-MECANIZADA</u> (Derrçadoras manuais motorizadas) de aproximadamente 2.500 medidas de 60 litros de café, sendo que a colheita do café deverá ser realizada em pano apropriado, abanado e acondicionado em sacarias apropriadas para ser entregue a contratante. A ordem de colheita será determinada por funcionário responsável pela condução da lavoura da Instituição. Fica a cargo de a contratante determinar como e quais glebas serão colhidas e a fiscalização da colheita, quanto a qualidade do serviço para que não aconteça (quebra e torção de ramos, retirada excessiva de folhas, permanência de café na planta e no chão após a varrição) prejuízos a lavoura técnica e economicamente além de receber e aferir e transportar o café da lavoura para o carreador. A colheita deverá ser feita de segunda a sexta feira em dias úteis (das 07:00 às 16:00). É responsabilidade da contratada, fornecer todo o material necessário para o trabalho que será realizado, inclusive pano, rastelo, peneiras, maquinário necessário, sacarias, equipamento de proteção individual, combustível necessário para a realização do trabalho. Como também será de responsabilidade da empresa contratada para prestar o serviço, todos os encargos sociais e trabalhistas de acordo as leis vigentes e outras que por eventuais ocorrerem referente a contratação de trabalhadores para colheita do café. A contratada deverá fornecer também um trabalhador(a) exclusivo para acompanhar os serviços, ajudar no recebimento do café na lavoura e ser responsável pelos entregados materiais e a interlocução entre a contratada e o contratante; como outras eventualidades que surgir. A contratante não oferecerá alojamento e nem alimentação ficando a cargo da Contratada.  Local da Colheita: IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO. Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto –	Medida de 60 Litros	2.500	R\$ 41,83	R\$ 104.575,00

01		Muzambinho/MG.*				
	02	<p><u>Colheita e varrição de café MANUAL</u> de aproximadamente 250 medidas de 60 litros de café, sendo que a colheita do café deverá ser realizada em pano apropriado, abanado e acondicionado em sacarias apropriadas para ser entregue a contratante. A ordem de colheita será determinada por funcionário responsável pela condução da lavoura da Instituição. Fica a cargo de a contratante determinar como e quais glebas serão colhidas e a fiscalização da colheita, quanto a qualidade do serviço para que não aconteça (quebra e torção de ramos, retirada excessiva de folhas, permanência de café na planta e no chão após a varrição) prejuízos a lavoura técnica e economicamente além de receber e aferir e transportar o café da lavoura para o terreiro de café. A colheita deverá ser feita de segunda a sexta feira em dias uteis (das 07:00 às 16:00). É responsabilidade da contratada, fornecer todo o material necessário para o trabalho que será realizado, inclusive pano, rastelo, peneiras, sacarias, equipamento de proteção individual necessário para a realização do trabalho. Como também será de responsabilidade da empresa contratada para prestar o serviço, todos os encargos sociais e trabalhistas de acordo as leis vigentes e outras que por eventuais ocorrerem referente a contratação de trabalhadores para colheita do café. A contratada deverá fornecer também um trabalhador(a) exclusivo para acompanhar os serviços, ajudar no recebimento do café na lavoura e ser responsável pelas entregas materiais e a interlocução entre a contratada e o contratante; como outras eventualidades que surgir. A contratante não oferecerá alojamento e nem alimentação ficando a cargo da Contratada.</p> <p><b>Local da Lavoura: Fazenda São José – BR 491 KM 76 Bairro Cala Boca (próximo a AAB, antigo Posto Agropecuário) na cidade de Guaxupé/MG.*</b></p>	Medida de 60 Litros	250	R\$56,33	R\$ 14.082,50
	03	<p><u>Colheita e Varrição de café MANUAL E SEMI-MECANIZADA</u> (Derrigadoras manuais motorizadas) de aproximadamente 1.000 medidas de 60 litros de café, sendo que a colheita do café deverá ser realizada em pano apropriado, abanado e acondicionado em sacarias apropriadas para ser entregue a contratante. A ordem de colheita será determinada por funcionário responsável pela condução da lavoura da Instituição. Fica a cargo de a contratante determinar como e quais glebas serão colhidas e a fiscalização da colheita, quanto a qualidade do serviço para que não aconteça (quebra e torção de ramos, retirada excessiva de folhas, permanência de café na planta e no chão após a varrição) prejuízos a lavoura técnica e economicamente além de receber e aferir e transportar o café da lavoura para o carreador. A colheita deverá ser feita de segunda a sexta feira em dias uteis (das 07:00 às 16:00). É responsabilidade da contratada, fornecer todo o material necessário para o trabalho que será realizado, inclusive pano, rastelo, peneiras, maquinário necessário, sacarias, equipamento de proteção individual, combustível necessário para a realização do trabalho. Como também será de responsabilidade da empresa contratada para prestar o serviço, todos os encargos sociais e trabalhistas de acordo as leis vigentes e outras que por eventuais ocorrerem referente a contratação de trabalhadores para colheita do café. A contratada deverá fornecer também um trabalhador(a) exclusivo para acompanhar os serviços, ajudar no recebimento do café na lavoura e ser responsável pelos entregados materiais e a interlocução entre a contratada e o contratante; como outras eventualidades que surgir. A contratante não oferecerá alojamento e nem alimentação ficando a cargo da Contratada.</p> <p><b>Local da Colheita: Campus Machado do IFSULDEMINAS, situado na Rodovia Machado – Paraguaçu, km 3, Bairro Santo Antônio. Machado/MG. CEP: 37.750-000.*</b></p>	Medida de 60 Litros	1.000	R\$ 41,83	R\$ 41.830,00
Valor Total (estimado)						R\$ 160.487,50

*\*OBS: Tendo em vista que os locais das lavouras são em municípios diferentes a retenção referente ao ISSQN será variável de acordo com estabelecido em cada município. Diante disto, a empresa deverá emitir NOTAS FISCAIS diferentes (01 NF para cada item/município).*

1.2. Muitas vezes, o sistema (SIDEC), através do qual são lançados os produtos constantes no Anexo I do Edital de licitação, para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com a dos produtos a serem

adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Portanto, as propostas deverão ter como parâmetro a descrição completa dos itens constante neste Termo de Referência.

1.3. A Cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no MÁXIMO 2 casas decimais após a vírgula (ex: R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Termo de Referência, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, deslocamento para lavoura, EPI, entrega no local designado, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 04 (quatro) meses iniciando logo após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, consoante artigo 57, §1º, da Lei 8.666/93.

1.5. As medições do café serão diárias, fiscalizadas pelo Técnico responsável do Instituto e somente será considerada para efeito de pagamento a somatória das medidas colhidas quinzenalmente. A quantidade de café colhido diariamente não poderá ser inferior a 100 latões (de 60 litros) e nem superior a 150 latões (de 60 litros), quantidade esta que os equipamentos da unidade de processamento via úmida conseguem processar diariamente;

1.6. O café será recolhido e medido na lavoura pelo Instituto 2 (duas) vezes por dia, sendo uma viagem às 13:00 hs e outra às 15:30 hs, devendo esta última viagem ser colocada na carreta até as 16:30 hs.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

Afastamento de funcionários do grupo de risco de infecção em virtude do covid-19 e distanciamento dos alunos da instituição, faz necessária a contratação.

2.2. Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

Suprir a necessidade da Instituição com produto final café e promoção do ensino de qualidade.

2.3. Justifique os quantitativos solicitados?

Justifica-se a contratação da empresa por necessidade de colher café proveniente de experimentos de alunos dos Cursos Técnicos e Superiores e Produção. Quantitativos esperados baseados nas produções anteriores.

2.4. Quais os impactos do não atendimento?

Prejuízos econômicos, ambientais e pedagógicos.

2.5. Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

Não se aplica a consideração dos aspectos sustentáveis.

2.6. Justificativa do agrupamento

O AGRUPAMENTO dos itens 01 e 02 se dá pela razão de permitir a padronização dos itens individuais. São produtos com finalidades conjunta, porém diferentes fornecedores apresentam diferentes soluções da característica, sendo assim empresas diferentes causaria ineficiência na sua utilização ou até mesmo incompatibilidade/transtornos, fato que causaria prejuízos a Administração.

Além disso, optou-se pelo agrupamento de itens para atender principalmente aos princípios da economicidade e eficiência, visto que a execução e fiscalização de um único contrato proporciona benefícios consideráveis para a Administração, como economia de recursos financeiros, recursos humanos e tempo.

Acreditamos inclusive que tal agrupamento resultará em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha fazer aquisições mais vantajosas, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência das aquisições.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e agrupamento por lote, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

Observações:

O quantitativo diário não poderá ultrapassar 60 medidas de 60 litros cada e nem ser inferior a 100 medidas de 60 litros, tendo em vista a capacidade da Instituição.

## **3- DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. Trata-se de serviço comum, não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 01º, da Lei 10.520 de 2002, c/c art. 04º do Decreto nº 5.450/2005.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3. A prestação dos serviços pela Contratada não gera vínculo empregatício com a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **4- DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços deverão ser executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Executar os serviços de colheita de café com esmero e total cuidado com os frutos e árvores utilizando maquinários apropriado nos casos que sejam possível;

4.1.1.1 Evitar excessivo arranque de folhas, quebra de galhos e a permanência de frutos nas árvores;

4.1.1.2 A colheita do café deverá ser realizada em panos apropriado, abanado e acondicionado em sacarias apropriadas para ser entregue a contratante;

4.1.3. Catar frutos remanescentes nas árvores e fazer a varrição do café de chão depois da gleba colhida.

4.1.3.1 A derrida deve ser feita em panos e sacarias próprios para colheita, livres de furos, odores (como graxas, óleos, gasolina, etc) e imperfeições que propiciam perda de frutos e qualidade da bebida.

4.1.3.2 Realizar a catação dos frutos remanescentes nas árvores nos lugares em que os derridores deixarem grãos sem colher;

4.1.3.3 O café deverá ser peneirado para a retirada de folhas, paus e outros materiais estranhos;

4.1.3.4 O café depois de colhido e abanado deverá ser ensacado e colocado dentro da carreta transportadora que se encontrará no carreador para fazer a medição;

4.1.3.5 Será responsabilidade da empresa contratada, o transporte do café colhido até a carreta transportadora;

4.1.3.6 Todo o material (panos, peneiras, derradeiras, combustíveis, sacarias, EPI, equipamentos derridores, etc...), usado para realização dos serviços deverá ser fornecido pela empresa contratada;

4.1.3.7 O Número de funcionários a ser utilizado ficará a cargo da empresa de modo que o serviço seja executado em no máximo 120 (cento e vinte) dias, atendendo às exigências do item 1.5 e 2.6;

4.1.3.8 Não haverá colheita nos dias de chuva, aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.1.3.9 Não haverá colheita nos dias de chuva, aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.1.3.10 Realizar a catação dos frutos caídos ao solo, após a colheita dos frutos pendentes nos arbustos em produção.

4.1.4. Quanto a qualidade do serviço para que não aconteça (quebra e torção de ramos, retirada excessiva de folhas, permanência de café na planta e no chão após a varrição) prejuízos a lavoura técnica e economicamente além de receber e aferir e transportar o café da lavoura para o terreiro de café.

4.1.5. A colheita deverá ser feita de segunda a sexta feira em dias úteis (das 07:00 às 16:00).

4.1.6. É responsabilidade da contratada, fornecer todo o material necessário para o trabalho que será realizado, inclusive pano, rastelo, peneiras, sacarias, equipamento de proteção individual (EPI), maquinário apropriado, combustível necessário para a realização do trabalho.

4.1.7. Como também será de responsabilidade da empresa contratada para prestar o serviço, todos os encargos sociais e trabalhistas de acordo as leis vigentes e outras que por eventuais ocorrerem referente a contratação de trabalhadores para colheita do café.

4.1.8. A contratada deverá fornecer também um trabalhador(a) exclusivo para acompanhar os serviços, ajudar no recebimento do

café na lavoura e ser responsável pela entrega dos materiais e a interlocução entre a contratada e o contratante; como outras eventualidades que surgir.

4.1.9. Fica a cargo da empresa vencedora o transporte e alimentação de pessoal, todo o material necessário para executar os serviços, todos os encargos sociais e outros que por eventuais ocorrerem. O transporte de pessoal deverá ser realizado de acordo com a legislação vigente;

4.1.10. Somente será pago à Contratada a quantidade de medidas de 60 litros realmente trabalhadas conforme fiscalização do responsável;

#### **5 - VISTORIA PARA A LICITAÇÃO - FACULTATIVA**

5.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas o agendamento deverá ser feito através do telefone (35) 3571.5101 no Campus Muzambinho (itens 01 e 02) ou no Campus Machado (item 03) pelo telefone (35) 3295-9700.

#### **6- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

6.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão de nota de empenho e assinatura do contrato, devendo ser executada em aproximadamente em 05 (cinco) dias.

6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA.

7.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.5. Pagar à Contratada o valor resultante da mão de obra, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

7.7 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e FISCALIZAÇÃO, e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória à disciplina e aos interesses do CAMPUS

#### **8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do serviço;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.1 Planejar, gerenciar e prestar os serviços que compõem o objeto licitado, nas condições estabelecidas neste Termo e demais anexos;

8.2.2 Mobilizar e disponibilizar todos os recursos, máquinas, panos, peneiras, equipamentos, EPIs, ferramentas e profissionais necessários à prestação dos serviços;

8.2.3 Cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;

8.2.4 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;

8.2.5 Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados em locais de trabalho.

8.2.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

8.2.7 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

8.2.8 Fornecer com obrigatoriedade de uso, todo material e equipamentos de segurança necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

8.2.9 Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidente de trabalho, pelas despesas alusivas a salários, pelos encargos trabalhistas, sociais, fiscais, comerciais e previdenciários, vales-refeição, vales-transporte, de todo o pessoal utilizado no contrato, conforme exigência legal.

8.2.10 Apresentar, mensalmente ou sempre que solicitado pelo Campus, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais; e regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n. 4.923/1965); cópia da carteira de trabalho e previdência social do(s) empregado(s) admitido(s) no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamento dos empregados demitidos no período;

8.2.11 Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, qualquer acidente que vier ocorrer com seus empregados, na execução dos serviços ora contratados.

8.2.12 Os serviços serão prestados sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá o fornecimento e administração dos recursos humanos necessários.

8.2.13 A CONTRATADA será também responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados ao patrimônio

do Campus ou a terceiros, bem como por qualquer acidente que os mesmos possam vir a serem vítimas, quando no desempenho de suas atividades, objeto do contrato.

8.2.14 A CONTRATADA executará os serviços através de prepostos seus aceitos pelo Campus, sendo os serviços executados de forma que não venham a gerar vínculo empregatício entre o Campus e o pessoal utilizado.

8.2.15 Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;

8.2.16 Fornecer alimentação em local adequado e prover água à disposição de seus funcionários durante a prestação do serviço.

8.2.17 Atender ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

8.3 Manter o empregado nos horários pre determinados pela Administração;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.9 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação de mão de obra deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

11.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. Do Pagamento**

12.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



12.4.1. o prazo de validade;

12.4.2. data da emissão;

12.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

12.4.4. o período de prestação dos serviços;

12.4.5. o valor a pagar; e

12.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.6.1 não produziu os resultados acordados;

12.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

12.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

12.14 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

12.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = ( 6 / 100 )

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% 365

I = (TX)	I =	<u>( 6 / 100 )</u>	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. Reajuste

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5 Cometer fraude fiscal.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.2 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

14.2.2 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a

Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.2.3 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

14.2.6 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa na Tabela 2 deste Termo de Referência.

14.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 1, 3, 4, 5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
4	Não manter a proposta	05
5	Não manter durante toda a execução do Contrato, até a efetivação do último pagamento, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas.	05
6	Fraudar a execução do contrato;	05
7	Ensejar o retardamento da execução do objeto	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, os profissionais que:

14.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.6.1 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.6.2 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7 Quaisquer outras hipóteses de inobservância do presente instrumento convocatório, ainda que não elencadas expressamente na relação supra, poderão ser passíveis de sanção contratual, nos termos da legislação aplicável.

14.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **15. DOS VALORES**

15.1 O preço global estimado pela prestação de serviços é de **R\$ 160.487,50 (CENTO E SESSENTA MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

16.1 De acordo com, § 2, Art. 7º do Decreto nº 7.892/2013: “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”, portanto as informações orçamentárias serão informadas no momento da eventual formalização da aquisição dos materiais.

#### **17. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

17.1- O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor Requisitante, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, e, com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação do Diretor Geral.

Muzambinho/MG, 20 de maio de 2020.

Zélia Dias de Souza

**Diretora de Administração e Planejamento**

Renato Aparecido de Souza

**Diretor Geral**



Documento assinado eletronicamente por:

- **Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - MUZ**, em 20/05/2020 15:36:02.
- **Zelia Dias de Souza, DIRETOR - MUZ - MUZ-DAP**, em 20/05/2020 15:12:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/05/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 64749

Código de Autenticação: 3be35fc62d



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais